

A QUESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E OS GOVERNOS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI

Max Reis⁶⁹

RESUMO

Com os recentes retrocessos no que se refere às conquistas constitucionais indígenas, o cenário das lutas pela retomada das terras ganha uma considerável repercussão política e muitos são os discursos sendo elaborados a fim de disputar palanques. Enquanto isso, o reconhecimento dos direitos indígenas pela Constituição de 1988, ainda que tenha sido uma grande vitória, mostra-se insuficiente, visto que não garantiu efetivamente o repasse dos territórios. Dessa forma, um processo que deveria ter sido finalizado no prazo de cinco anos, ainda enfrenta inúmeras represálias para que não seja concluído, de modo que permite a atuação de garimpeiros, latifundiários e grandes fazendeiros, favorecendo a destruição da natureza. Diante disso, o presente artigo busca expor as raízes históricas da perseguição contra os povos originários e procura compreender como os últimos quatro governantes (Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro) lidaram com a questão das demarcações e homologações das terras indígenas durante seus mandatos.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Constituição Federal; Demarcação indígena; Agronegócio; Marco temporal.

ABSTRACT

Considering the recent steps backwards regarding indigenous' constitutional conquests, the struggle for land recovery gains a substantial political repercussion, and there are many speeches being drawn up in order to dispute platforms. Meanwhile, although the recognition of indigenous' rights by the 1988 Constitution was a great victory, it is not enough, as it did not effectively guarantee the lands' transference. Thus, a process that should be over in five years still faces countless retaliations, so that it is not concluded, in a way that allows the action of gold diggers, land owners and great farmers, favoring nature's destruction. Therefore, the following study aims to expose the historical roots of persecution against natives, and to understand how the last four rulers (Lula, Dilma, Temer and Bolsonaro) dealt with the issue of demarcation and homologation of the indigenous' lands during their mandates.

KEYWORDS: Indigenous; Federal Constitution; Indigenous demarcation; Agribusiness; Time frame limitation.

⁶⁹ Graduando em Ciências Sociais (UFRJ)

CONTEXTO HISTÓRICO, A IMPORTÂNCIA DA TERRA E OS AVANÇOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A modernidade, desde a sua instituição, impactou forte e negativamente a América Latina, em virtude de ter sido implementada a partir uma série de condutas caracterizadas pela extrema violência europeia e norte-americana. Pode-se dizer, assim, que a modernidade e o capitalismo possuem como ponto de origem a invasão, conquista e domínio sobre os povos latino-americanos, africanos e asiáticos. Nesse processo, utilizou-se como instrumentos coercitivos a força, desenraizamento, desterritorialização e escravização dos indivíduos desses continentes.

Atualmente, sabe-se que a violência contra os povos nativos das Américas configurou-se no maior genocídio da Humanidade, vitimando cerca de 70 milhões de indígenas. Estima-se, ainda, que, em pouco mais de três décadas do século XVI, exterminou-se mais da metade da população das sociedades indígenas, a qual totalizava mais de cem milhões de pessoas. Nesse número assombroso de mortes encontram-se seus pensadores, artistas, engenheiros, líderes (QUIJANO, 2005, p.16); todos detentores de saberes tradicionais, da memória coletiva e de toda a herança que as diferentes etnias possuíam.

Na tentativa de estabelecer uma nova ordem que combinasse com a destruição de todo um mundo histórico das civilizações americanas, asiáticas e africanas, cria-se uma nova configuração das relações de poder baseada na “raça”. A raça surgia como uma forma de apontar a suposta inferioridade natural dos indivíduos que não fossem brancos, “fato” que impactaria diretamente a produção histórico-cultural dos povos. Portanto, não seriam vistos com vítimas da colonização, mas sim da sua própria natureza (QUIJANO, 2005).

À vista disso, percebe-se que foi criada toda uma teoria hierárquica para justificar esse processo extremamente violento. No entanto, para além do extermínio físico, as populações indígenas sofrem com o etnocídio perpetuado desde o início da colonização. Sabe-se que houve um questionamento inicial sobre a natureza dos povos originários, de modo que os brancos desenvolveram o primeiro debate racista da história, buscando determinar se os indígenas eram de fato humanos, a partir da articulação da ideia de "alma". Para os valores cristãos da época, todo ser humano teria uma religião e quando Cristóvão Colombo se referiu aos indígenas como "povos sem seita", automaticamente, eles foram retirados da posição de ser humano. Somado a isso, em 1552, durante o Julgamento de Valladolid, a propriedade privada surgiu como outra

forma de distinguir humanos de não-humanos, o que impediria a inserção dos indígenas nessa categoria. Em resumo, utilizando o catolicismo e eurocentrismo como régua, apontaram os indígenas como sujeitos "não completamente humanos" (DE MORAES, 2021; GROSGUÉL, 2016). Ainda que os europeus tenham admitido a humanidade dos povos originários, houve uma diferenciação entre brancos e indígenas, a qual inseriu os últimos na posição dos Outros. O etnocida parte do pressuposto de que o Outro, não obstante seja inferior e mau, é perfectível, ou seja, pode ser ensinado a chegar aos valores morais, culturais e religiosos do homem branco, absolutamente superior, segundo sua linha de raciocínio racista e eurocêntrica (CLASTRES, 2004). Por conseguinte, os indígenas foram retirados da escravidão e submetidos à encomienda, ainda mantidos na subserviência e no papel de bárbaros a serem corrigidos pela conversão religiosa. Ajudando a institucionalizar ainda mais essa ideologia perversa, uma lei de 1655 autorizava a escravidão de indígenas que recusassem a evangelização cristã (JÚNIOR, 2004). Essa e outras medidas foram e são adotadas (mesmo que, por vezes, mais sutilmente) a fim de destruir a substância, as culturas, as tradições, as cosmovisões; tudo o que caracteriza e singulariza os povos originários.

A formação do Estado brasileiro não foi diferente ou “mais branda”⁷⁰, como alguns cientistas sociais difundem erroneamente. Com efeito, a história do Brasil foi escrita com o sangue dos corpos negros e indígenas, numa constante tentativa de submetê-los à condição de subalternidade, submissão, colonização, silenciamento, de modo que essa trajetória rumo à “ordem” e ao “progresso” era atravessada por inúmeros casos de mortes, abusos, torturas, controles em diversos níveis. Esse sistema refletiu e ainda reflete - ainda que de maneira mais velada - seus princípios constituintes: a perspectiva eurocentrada, a busca pela “evolução”, o caráter homogeneizador, o racismo, etc.

A tentativa de desculturação desses povos se deu através de vários mecanismos, os quais seguem sendo executados até os dias hodiernos, de modo que marca uma perseguição de 521 anos contra os povos indígenas. À vista disso, cabe salientar um dos maiores entraves enfrentados pelos indígenas: a retomada de suas terras originárias.

⁷⁰ Formulada por Gilberto Freyre, a “escravidão branda” é a ideia extremamente controversa de que a escravidão no Brasil se deu de maneira benigna e suave para os corpos negros e indígenas, de modo que os escravizados eram tratados com “doçura”. Segundo ele, “na verdade, a escravidão no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, quase vida de anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com a dos operários do continente europeu, dos mesmos meados do século passado” (FREYRE, *apud* AMÂNCIO, 2020).

Essa é uma de suas demandas centrais desde a invasão europeia e essa luta resiste ao longo dos séculos, uma vez que a relação dos indígenas com a terra é imprescindível para a continuidade de sua existência física e cultural.

John Locke foi um filósofo inglês conhecido por ser o pai do liberalismo e um dos principais intelectuais que se debruçaram sobre o conceito de propriedade. Em face disso, cabe apontar que seu pensamento também foi responsável por oferecer aos britânicos as justificativas teóricas das suas invasões e colonizações em outros territórios, sobretudo nas Américas. Segundo ele, Deus criou o mundo inteiro para ser dividido entre a humanidade. No entanto, o que define o domínio sobre a terra seria a apropriação da natureza pelas mãos humanas, a exploração dela para o seu proveito e sustento. Desse modo, o homem inicia um processo laboral no qual ele transfere um pouco de si a alguma coisa, retirando-a de seu estado comum, o que transforma essa terra em sua propriedade, sem a menor necessidade de solicitar permissão a qualquer outro membro da comunidade. Percebe-se que o trabalho é um requisito para desfrutar da terra de Deus e só assim colher seus frutos. Apesar disso, uma passagem em especial⁷¹ do seu livro demonstra claramente que suas teses não se aplicam aos não-proprietários; dessa forma, os servos possuem como propriedade apenas o seu próprio trabalho e não podem se apropriar da terra, visto que alienam o resultado do seu trabalho para o patrão. Além disso, a invenção do dinheiro colaborou para tornar a a propriedade privada ilimitada, o que foi visto de maneira muito positiva pelo Locke. Não obstante, qualquer redistribuição ou limitação de bens seria injusta e configuraria uma arbitrariedade, em virtude de o Estado liberal defendido pelo filósofo possuir como fim último a regulamentação e garantia desse direito natural, acima até mesmo do direito à vida. Assim, segundo Oliveira (1997, p. 154, apud LIRA, 2005), “a constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena”.

A concepção vigente de propriedade privada no Brasil é expressa na Constituição, a qual limita o tamanho da terra a partir da exigência do cumprimento da função social. Porém, a estrutura que compõe a sociedade capitalista mantém as bases do pensamento lockeano, logo, valoriza os homens industriais enquanto persegue os povos que vão contra essa lógica mercantilista de exploração e degradação máxima da

⁷¹“A grama que o meu cavalo pastou, a turfa que o meu criado cortou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a ele tenho direito em comum com outros, tornam-se minha propriedade sem adjudicação ou o consentimento de qualquer outra pessoa. O trabalho que era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixou a minha propriedade sobre eles” (LOCKE, 1983, apud DE MORAES, 2017).

natureza, visando apenas ao lucro. Os brancos e ocidentalizados veem a natureza como matéria-prima, como recurso, como possibilidade de apropriação e conversão em dinheiro, enquanto os povos originários veem e honram sua história, suas raízes refletidas em cada parte de seu território. Dessa forma, o território capitalista mostra-se completamente oposto ao indígena.

Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs, os gamos, os cavalos a majestosa águia, todos nossos irmãos. Os picos rochosos, a fragrância dos bosques, a energia vital do pônei e do homem, tudo pertence a uma só família. (...) A límpida água que percorre os regatos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos ancestrais. Se vos vendermos a terra, tereis de lembrar a vossos filhos que ela é sagrada, e que qualquer reflexo espectral sobre a superfície dos lagos evoca eventos e fases da vida do meu povo. O marulhar das águas é a voz dos nossos ancestrais (SEATTLE, 1855).⁷²

As cosmovisões indígenas são fontes riquíssimas de aprendizado, sobretudo no que tange aos princípios de valorização da sua ancestralidade e da natureza. O território, em suas reflexões, assume um papel além do espaço geográfico e histórico em si, apesar de também haver o reconhecimento desses aspectos. Não obstante, apresenta-se como um local sagrado, um elo entre eles, seus antepassados e toda a história de seu povo, além de ser um lugar imprescindível para manter contato com espíritos e divindades. Apenas o bom relacionamento, a convivência harmônica com a natureza, com os seres espirituais e com os animais não-humanos abre possibilidades de comunicação com a terra, prosperidade e saúde para os povos e o acesso aos etnosaberes. Por isso, o cuidado ao meio ambiente não passa pelos mesmos critérios da educação ambiental ocidentalizada, mas exhibe a particularidade de integrar seus preceitos religiosos, visto que cada parte da floresta é uma divindade.

Ser sabedora de regras e obediente a ela é sinônimo de dignidade, de exercer poderes ou transmitir poderes para o mundo. A luta pelo território, é além de ter roça, um igarapé limpo para tomar chibé com meus filhos, é poder compartilhar minhas plantações com as minhas primas, tias e sogras, a luta pelo território, é uma forma de equilibrar o cuidado com corpo e saúde, na medida que perdemos espaços territoriais, perdemos o poder de transmissão de conhecimento milenar de mulheres, que envolve desde nascimento até a morte (BANIWA, 2018, p. 167).

Assim, é atribuída à terra indígena um valor inestimável, isso porque os povos originários resistem à inserção da ocidentalização em suas aldeias, modos de vida, cosmovisões sobre o que os cerca, material e espiritualmente. Ainda que culturas tenham desaparecido em virtude da violenta catequização e todas as outras tentativas de

⁷² Carta do Chefe Seattle ao presidente dos EUA, Francis Pierce, em resposta a sua insinuação de comprar o território tradicionalmente ocupado pelo seu povo. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/carta-do-chefe-seattle/>

homogeneização impostas pelo Estado, os indígenas logram êxito em manter vivos seus saberes tradicionais e suas religiões. Para isso, a conservação dos territórios em suas mãos mostra-se uma necessidade impreterível.

As culturas dos povos indígenas estão diretamente conectadas com a realidade material de seu território, principalmente no que se refere as suas tradições. É a partir dos recursos presentes na aldeia que eles conseguem realizar suas pinturas corporais, fabricar seus arcos, flechas, enfeites, se apropriar de ervas para fins medicinais. Além disso, seus mitos, costumes e rituais também são amplamente influenciados pela territorialidade, apresentando inúmeras particularidades se comparados às tradições de povos mais distantes. Assim, o território é um agente fundamental que molda e guarda a cultura de um povo, bem como faz parte da consciência coletiva.

Apesar de todo o longo e árduo trajeto dos indígenas brasileiros desde 1500, após muita luta de sua parte, conseguiram algumas conquistas com a Constituição Federal de 1988, ou Constituição Cidadã, a qual enfim reconheceu seus direitos. Assim, os direitos indígenas são declaradamente originários, de modo que a Constituição não os cria, mas os aceita da mesma maneira que ocorre com os direitos fundamentais. Dessa forma, todos esses direitos coexistem harmonicamente, sendo de igual relevância e validade (JÚNIOR, 2004).

A partir disso, foram reconhecidas as organizações indígenas, suas línguas, suas culturas, tradições, costumes e a posse de suas terras que tradicionalmente ocupam. Segundo o § 1.º do art. 231, “são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Ademais, cabe salientar que a demarcação de terras consiste em um ato administrativo da incumbência do Estado que deveria ter sido realizado no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição, a fim de garantir efetivamente o acesso às terras aos indígenas, oferecendo segurança, proteção e certeza aos envolvidos no processo.

Por isso a Constituição lhe atribuiu um prazo. Ainda que este não seja cumprido, quis o constituinte proclamar a exigência de um momento final, sob pena de se instaurar, na vida constitucional, uma permanente insegurança, o que fere o sentido da Constituição como instituidora da paz social. Em consequência, se a demarcação ainda não foi realizada, pende um dever, para a União, de exercer a sua competência até o fim e até um fim. E, realizada a demarcação, a autoridade responde pelo ato: se, eventualmente, ela for retomada em nome do sentido de terras tradicionalmente ocupadas, neste caso cabe indenização contra o ato da União com base no princípio da eficiência (CF, art. 37). Não se trata de indenizar por uma ocupação, domínio

ou posse (art. 231, § 6.º), mas pela ineficiência do ato em face de sua finalidade de estabelecer certeza e segurança (JÚNIOR, 2004, p. 696).

É irrevogável que as demarcações de terras possuem respaldo jurídico e que os direitos indígenas são de natureza coletiva, comunitária e de ordem pública, de modo que eles interessam e devem ser protegidos por todos da sociedade, indígenas e não-indígenas, sob especial defesa do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, Advocacia-Geral da União e das associações indígenas. Não obstante, o que ocorre na realidade está longe de ser o que garantem todos os documentos oficiais sobre os direitos dos povos originários. Isso se dá por inúmeros fatores, mas principalmente pelo Estado priorizar o lucro em detrimento das vidas indígenas, dando continuidade à condição brasileira de exportação de matéria-prima para os países centrais e dizimando florestas incansavelmente, enquanto os povos indígenas são os principais protetores dessa natureza, o que atrapalha os interesses do capital. Por isso, o artigo buscará abordar alguns aspectos centrais para compreender como os governos brasileiros do século XXI lidaram com a questão das demarcações de terra.

GOVERNO LULA (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva teve sua trajetória política muito marcada pela atuação em sindicatos durante a Ditadura Militar e pela sua integração ao Partido dos Trabalhadores. Os seus discursos inicialmente refletiam críticas severas às políticas econômicas liberais, às privatizações, à desvalorização do trabalhador e reivindicavam a reforma agrária, muito prometida durante sua campanha eleitoral, a qual foi amplamente apoiada pelo MST, pelos povos indígenas e pelo proletariado urbano. Apesar de sua posterior conversão midiática e discursiva a um “Lulinha paz e amor”, consequência da adoção de uma maior moderação, o candidato à presidência reuniu-se com várias lideranças indígenas, visitou aldeias, fez promessas e divulgou o Compromisso com os Povos Indígenas⁷³, documento do partido que continha o reconhecimento dos problemas pelos quais os povos originários passaram até aquele momento e propunha novas ações que pudessem garantir a autonomia indígena, a integridade social, a efetiva entrega de seus direitos, a construção de um país mais pluralista e comprometido com a política indigenista.

⁷³ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-compromissocomos povosindigenas.pdf>

No entanto, esse suposto engajamento com a causa indígena mostrou-se frágil rapidamente. No ano de 2004, povos indígenas já denunciavam a omissão estatal quanto às tentativas de exploração de seus territórios, utilizando como artifício a lei 1.610/96, a qual ameaçava inclusive as terras já homologadas, como ocorreu com o povo Yanomami. Dessa forma, o projeto de lei, aprovado por unanimidade pelo Senado, permitia a extração de minérios e exploração de madeira nas terras indígenas, e era da autoria de Romero Jucá, o qual presidiu a FUNAI entre 1986 e 1988, período marcado pela autorização ilegal de derrubadas de árvores, pela ação livre dos garimpeiros e por conflitos em áreas indígenas. Em sua gestão, o Parque Yanomami foi reduzido para quase 75% do que já tinha sido aprovado em 1985 e os indígenas ficaram totalmente vulneráveis com a expulsão dos médicos e dos missionários, permitindo a entrada de epidemias levadas pelos garimpeiros. Ainda assim, numa postura no mínimo questionável, após uma passagem de cerca de três meses pelo Ministério da Previdência Social e seu afastamento por suspeita de corrupção, o polêmico Jucá é novamente convocado pelo presidente Lula, dessa vez para ocupar o cargo de líder do governo, o qual manteve até o mandato da presidenta Dilma.

O governo está voltando atrás. Está querendo matar mais os povos indígenas do Brasil, como aconteceu com nossos antepassados. Não estou gostando dessa política. Não estou gostando do governo do Lula, eu falo a verdade [e por isso] não tenho medo do governo, não estou roubando.... mas ele está querendo acabar com o povo indígena, com a nossa terra, destruir. (...) A minha Terra Yanomami está demarcada, homologada e registrada, conhecida no mundo inteiro. E o governo brasileiro fazendo sacanagem, maltratando os povos indígenas do Brasil, eles querem deixar fazer mineração na área Yanomami. Era isso que eu queria dizer para vocês...é a minha palavra...sempre falo porque moro na minha terra. A terra é patrimônio, não pode ser destruída, tem que ser preservada e respeitada. O governo brasileiro está desrespeitando os povos indígenas e as terras do Brasil (KOPENAWA, 2004).

Ainda naquele ano, Delcídio Amaral, senador petista do Mato Grosso, apresentou a PL 188/04, que tentava tirar da FUNAI a função de realizar as demarcações das terras, transferindo a palavra final para o Senado, a fim de assegurar a “autonomia de cada estado”. Além disso, proibia a demarcação de territórios indígenas na faixa de 150 quilômetros da fronteira nacional. Conseqüentemente, se aprovada, todos os processos em curso seriam anulados e ainda inviabilizaria a demarcação nos estados Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

O caso da Terra Indígena Baú também intensificou o ressentimento dos povos originários, após a redução em 17,2% do total daquela área - equivalente a 317 mil

hectares -, por decisão do ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Não obstante a homologação do Cerro Marangatu em março de 2005, poucos meses mais tarde o povo Guarani-Kaiowá foi cruelmente expulso de suas terras com a suspensão feita pelo ministro Nelson Jobim. Dessa forma, com o aumento do etnocídio, das taxas de suicídio indígena, com a morosidade, destituições e todas as inúmeras manobras realizadas para impedir a continuidade da ocupação efetiva de suas terras, os povos mantiveram a sensação de serem “estrangeiros em seu próprio país”, desesperados e desamparados pelo sistema estatal.

Além de serem vistos como ameaça à soberania nacional, os indígenas foram citados pelo presidente Lula durante seu discurso na inauguração da primeira usina de biodiesel associado ao álcool no Brasil, em plena Amazônia, como um dos entraves para o desenvolvimento do país, ao lado dos quilombolas, ambientalistas e do Ministério Público. A partir disso, percebe-se uma constante nos governos brasileiros: a busca por um desenvolvimento ilusório a custo de vidas dos povos da floresta e da irresponsável exploração do meio ambiente. Como parte do capitalismo periférico e em virtude de suas riquezas naturais, está destinado aos países latino-americanos a exportação de matérias-primas para atender as necessidades e desejos dos países centrais. Para isso, o Brasil permanece atacando os direitos dos povos da floresta e a legislação ambiental vigente.

Em 2008, a ex-ministra Marina da Silva, numa tentativa de combater o desmatamento, assinou uma portaria que penalizasse os produtores que estivessem desmatando ilegalmente na Amazônia e no Cerrado, a fim de preservar a rica biodiversidade das regiões. Assim, os criminosos deixariam de receber créditos agrícolas, o que resultou na imediata reação dos ruralistas, aliados do governo, que pressionaram até que o Luiz Inácio alterasse a portaria. Dessa forma, o governo não só permite a derrubada de floresta, como a financia, recompensando os infratores. Por outro lado, nesse mesmo ano, o presidente não homologou nenhuma terra indígena.

Senhor Presidente, por favor, não prometa nada, mande apenas demarcar nossas terras. O resto sabemos dos nossos direitos e vamos batalhar por eles. Já esperamos demais e toda nossa enorme paciência acabou. Só esperamos não precisar ir pelo mundo afora, na ONU e nos tribunais internacionais denunciar um governo em quem tanto esperamos. (...) Finalmente, senhor presidente Lula, não deixe nosso povo Kaiowá Guarani sofrendo tanto. Nosso povo continua sendo morto que nem animal e muitos de nossos jovens se suicidam pela falta de esperança e de terra. Sofremos demais com tanta violência em e contra nossas comunidades. Isso só vai começar a mudar com a demarcação de nossas terras, juntamente com um plano de recuperação ambiental e produção de alimentos. Não fazemos pedidos, exigimos direitos.

Demarcação de nossas terras com urgência para que nosso povo volte a viver em paz, com felicidade e dignidade.⁷⁴

Lula elaborou uma política que beneficiou fortemente o agronegócio, com a integração de vários ministros convenientemente selecionados e apresentando uma grande aproximação da bancada ruralista. Seu governo concedeu perdões de dívidas bilionárias de grandes proprietários, deixou de atualizar os índices da produtividade da terra – inalterados desde 1975 -, concebeu o Programa de Aceleração do Crescimento – com empreendimentos faraônicos, muitas vezes problemáticos para o meio ambiente, impactando negativamente os territórios indígenas, ainda que tenha sido mais executado no governo Dilma. Além de não fazer a tão prometida reforma agrária, sua política indigenista foi ainda pior do que a de FHC, em termos de homologações de terra. Apenas 81 terras indígenas foram homologadas ao longo dos seus dois mandatos, o menor número desde a redemocratização brasileira, enquanto o governo antecessor, do qual os indígenas não esperavam nada, pressionado pela ECO-92, homologou 118. As taxas de violência aumentaram significativamente, contabilizando uma média de 56,5 homicídios anuais em seus dois mandatos, contra 20,9 no governo do Fernando Henrique.

“O governo passado não foi melhor. Todos os governos recriminaram e tentaram tirar os direitos das populações indígenas. Não foi diferente no FHC e não está sendo diferente no governo Lula”. O processo de ocupação de terras já demarcadas também é problemático, segundo os líderes. Eles apontam que muitas das terras devolvidas aos índios foram desmatadas para plantações de soja. “A mãe terra está nua”, diz o líder terena (Ramão Terena em entrevista, 2007).⁷⁵

GOVERNO DILMA (2011-2016)

Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil, logo após o término do mandato de seu colega de partido. Em seu plano de governo, atentava-se aos problemas dos povos indígenas em relação ao acesso ao trabalho, saúde, educação, alimentação, moradia, justiça e cidadania, e buscava ampliar a política de promoção de igualdade racial para as comunidades tradicionais. Apesar disso, esse compromisso não se efetivou no primeiro ano de seu governo, no qual realizou apenas 3 homologações, 6 declarações e 9 delimitações de terra (CIMI, 2012).

⁷⁴ Trecho da carta do povo Guarani-Kaiowá para o presidente Lula, datada de 24 de agosto de 2010. Ler mais em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/08/27/carta-kaiowa-guarani-ao-presidente-lula/>

⁷⁵ Leia na íntegra: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-04-17/lula-nao-cumpriu-promessas-de-campanha-com-indios-no-primeiro-mandato-dizem-liderancas>

Em seu governo, o agronegócio teve ainda mais participação. No ano de 2012, a bancada ruralista representava 23,4% da Câmara e 16% do Senado. Além de representar a frente mais poderosa do Congresso, ainda se valia de alianças até com parlamentares ditos “ambientalistas” para aprovar os projetos favoráveis aos interesses ruralistas. Esse cenário impactou fortemente na elaboração de vários projetos de lei que atacaram diretamente os direitos conquistados pelos povos originários, como nos casos das PEC 237/13, PEC 038/99, PL1610/96 e PLP 227/12. Em março, é aprovada a admissibilidade da PEC 215/00, que propunha transferir a aprovação das demarcações das terras indígenas para o Congresso, e os povos originários voltam às ruas para apontar a inconstitucionalidade da decisão, que deixaria seus direitos nas mãos de latifundiários e grandes proprietários.

Em julho, percebe-se mais uma demonstração de como a política anti-indígena procura medidas administrativas para não atender nem mesmo o mínimo dos direitos originários: a AGU publica a portaria 303/12, que tinha como intenção limitar o uso das terras e o de seus recursos, impondo várias regras e permitindo a ocupação de militares, construção de empreendimentos hidrelétricos e extração de minerais “de cunho estratégico” (CIMI, 2013). A própria presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, senadora Kátia Abreu, admitiu que a portaria foi resultado dos esforços ruralistas para atingir seus objetivos. Cabe salientar que a líder do agronegócio viria a se tornar a Ministra da Agricultura no segundo mandato da presidenta Dilma.

O governo da presidente Dilma é conivente com essa ofensiva que busca mudar a Constituição Federal. Por isso tem promovido a desconstrução da legislação ambiental e indigenista que protege os nossos direitos, cedendo às pressões dos ruralistas, por meio de negociatas e compromissos (...) Se não fosse assim o governo Dilma já teria mobilizado a sua base aliada para impedir os ataques que sofremos no Congresso Nacional e assegurado uma agenda positiva, que permitisse a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e do projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (APIB, 2013).

A inação da presidenta Dilma tornou-se evidente já nos primeiros anos de sua gestão, avançando pouco além da Amazônia Legal e deixando de homologar as áreas de maior conflito. No Mato Grosso do Sul, um dos estados com maior índice de violência contra os povos indígenas, o povo Guarani-Kaiowá não teve nenhuma terra homologada em 2012, apesar de enfrentarem um duro genocídio. Com o fim do governo Lula, o atraso atingiu o marco de dezessete anos no que se refere à retomada de suas terras. Até aquele momento, desde 1991, apenas 8 terras tinham sido homologadas, o que era insuficiente, considerando que seu povo contabilizava 43 mil pessoas. Até os dias

atuais, a questão das homologações não foi totalmente resolvida e o povo Guarani-Kaiowá é alvo das milícias contratadas por fazendeiros, acumulando perdas de membros da aldeia, de seus líderes, casos de violência sexual, depredação de seus espaços sagrados, infanticídios.

Em constantes conflitos, sob ataques e decisões judiciais que os desfavorece em processos extremamente morosos, boa parte dos indígenas Guarani-Kaiowá vive em beiras de rodovias, com pequenos pedaços de terra que não são suficientes para a continuidade de sua existência física e cultural. Em outubro, a comunidade de origem PyelitoKue, ao receber a ordem de despejo pela Justiça Federal, expôs a tristeza de todos os seus 170 membros (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças) numa carta aberta. Seu depoimento foi considerado pela mídia uma possibilidade de suicídio coletivo, dado que o povo Guarani-Kaiowá apresentava dados alarmantes de suicídios, em virtude do desespero, da insegurança, da falta de perspectiva fomentada pelo Estado omissivo e injusto. No entanto, destaca-se em suas palavras a impossibilidade de sair de seu território. Com o desamparo político, resta a essa comunidade a luta, a preferência pela sua morte coletiva à pacificidade diante da retirada de suas raízes e cultura.

Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de PyelitoKue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos (CIMI, 2012).

Em abril de 2013, cerca de 100 indígenas ocuparam a Câmara dos Deputados em protesto contra a PEC 215, munidos de seus chocalhos, tambores e lanças, e só saíram de lá após firmarem um acordo com o presidente Henrique Eduardo Alves. Esse ato político evidencia a autodeterminação de seus povos, diferentemente das insinuações da ministra Kátia Abreu sobre a FUNAI, CIMI e ONGs nacionais e estrangeiras, a partir de sua “militância ideológica”, estimularemos indígenas a entrar em conflitos e a “invadir terras produtivas”. Os povos indígenas resistem há 500 anos contra a necropolítica instalada no Brasil e esses comentários são um desrespeito à toda trajetória que continuam seguindo a fim de preservar sua história. Além disso, uma política indigenista séria não pode ser considerada contrária aos interesses nacionais, sobretudo porque os primeiros habitantes desse país eram os povos originários.

A CNA apoia a iniciativa de construção de uma nova política indigenista, submetida não apenas à Funai, mas também a outros ministérios e órgãos do governo federal. É inconcebível que questão deste porte fique ao arbítrio de um único órgão, aparelhado por uma militância associada a objetivos ideológicos e comerciais, alheios ao interesse nacional (ABREU, 2013).

Em 2013, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, surge com um suposto laudo a fim de questionar as demarcações das terras, o que foi decisivo para a criação da CPI da FUNAI e para seu posterior desmonte. A ex-presidente da FUNAI, Maria Augusta Assistiri, apontou a falta de autonomia do órgão em consequência da pressão feita pelos Ministérios da Casa Civil e da Justiça Federal, que não permitiam demarcar, delimitar ou declarar qualquer território sem a sua avaliação. Além do orçamento reduzido, carência de técnicos e a interferência política sobre suas ações, toda a narrativa criada para descredibilizar seu trabalho também acabou paralisando as demarcações. Dessa forma, o primeiro mandato da Dilma Rousseff acumulou apenas 11 decretos de homologação de terras. Em 2014, ano de reeleição, não houve nenhum, e seu plano de governo já não mencionava os povos originários.

Dilma Rousseff ficou conhecida por ser a “mãe da PAC” e muitas das obras desse plano interferiam nas aldeias indígenas, como no caso dos Murunduku, que tinham risco de alagamento em sua área. A presidenta muitas vezes tratava a consulta prévia aos povos indígenas como uma burocracia, um impedimento para seu desenvolvimentismo acelerado, custoso e mal planejado, e deu início a algumas obras sem o consentimento dos povos que seriam afetados. Além disso, as homologações não eram feitas em um tempo e número minimamente satisfatórios, mesmo que não houvesse impedimentos para realizá-las. Enaltecedora do agronegócio, Dilma dá continuidade ao descaso com os povos originários e só se reúne formalmente com as lideranças indígenas duas vezes ao longo de seu governo, apesar das inúmeras reivindicações: às vésperas da eleição de seu segundo mandato e na I Conferência Nacional de Política Indigenista, oportunidade na qual frisou que “democracia é a demarcação de todas as terras indígenas”. Apesar disso, seus dois mandatos totalizaram apenas 21 territórios homologados, 25 declarados e 44 identificados e delimitados, segundo dados da ISA.

GOVERNO TEMER (2016-2018)

Com o impeachment da Dilma no ano de 2016, o seu vice, Michel Temer ocupou a presidência e, como é de praxe nos governos brasileiros desse século, bateu

recorde de pior desempenho nas demarcações e homologações, até aquele momento. Em sua gestão, completou-se o desmonte da FUNAI que já vinha sendo realizado pela sua antecessora.

A pauta indígena já vinha sendo prejudicada por essa sanha desenvolvimentista que assolou o Brasil nos últimos 15 anos. Com o golpe, essa situação se cristalizou como uma ofensa declarada e uma total declaração de guerra contra o modo de vida dos índios. E os povos indígenas passaram a ficar na linha dos inimigos desse governo. Foram jogados no lugar de inimigos (KRENAK, 2018).

Em janeiro de 2017, Alexandre de Moraes, ministro da Justiça que não assinou uma portaria declaratória sequer durante seus 9 meses de ocupação no cargo, retira da FUNAI a autoridade e autonomia de tomar as decisões quanto às demarcações, enquanto estabelece a criação do Grupo Técnico Especializado, o qual pode contar com a presença de ruralistas. Dessa forma, a postura indica uma desconfiança quanto aos pareceres técnicos realizados pelo órgão e facilita que os direitos dos povos indígenas estejam, mais uma vez, nas mãos do agronegócio. Além disso, abriu espaço para que partidos ruralistas, como o PSC, indicassem nomes para a presidência do órgão que deveria proteger os povos originários, inclusive com posteriores pedidos de exoneração por pressão dos próprios partidários, em virtude de os indicados não estarem atendendo devidamente a bancada. O indígena Sebastião Manchineri, muito apoiado pelos movimentos e organizações, não foi escolhido e as manifestações contra a nomeação de um pastor evangélico e a de um general não surtiram efeito; foi necessário que os presidentes da FUNAI desagradassem a bancada ruralista para eles serem demitidos. Em paralelo, a falta de verbas e a perda de quase 20% de seu corpo técnico também foram agravantes para seu pleno funcionamento, já muito debilitado e enviesado.

Vamos lutar sempre. A gente não está para brincadeira. Se conversando não está resolvendo, vamos partir para ações mais concretas. Estamos sempre de prontidão. Quando menos esperarem, a gente ataca, vamos partir para a guerra. O governo não sabe do que somos capazes. Deixo minha casa, enfrento aqueles ‘Robocops’ de Brasília, levo bala de borracha. É pelas futuras gerações que faço isso, pelos meus filhos e minha terra. (...) Eles [governo] não querem uma Funai fortalecida, mas uma Funai marionete dos interesses contrários aos nossos (BARÉ, 2017).

Em fevereiro, Temer nomeia Osmar Serraglio, relator da PEC 215, para ocupar o Ministério da Justiça, mais uma afronta aos indígenas, visto que a FUNAI é uma das pastas de sua responsabilidade. Serraglio, como o seu antecessor, também não assinou nenhuma portaria declaratório em seus três meses de Ministério. No mês de junho, Michel acumula sua primeira denúncia por corrupção passiva e começa a ser

investigado durante o exercício do mandato, um fato inédito para a política brasileira. A partir disso, inicia uma série de retrocessos nas questões fundiárias, indígenas e ambientais, a fim de favorecer o agronegócio, garantindo muitos aliados nessa crise de seu governo.

Em julho, o presidente sanciona a medida provisória que beneficia as pessoas que ocuparam ilegalmente terras da Amazônia até o ano de 2011, em vez de 2004, como tinha sido determinado anteriormente. Com essa atitude, legalizou as invasões dos grileiros, incentivou a impunidade em relação aos crimes ambientais e mostrou-se indiferente diante dos conflitos e desmatamentos. Ademais, a MP reformulou a questão agrária, permitindo a legalização de lotes de até 2.500 hectares, de modo que possibilitou um aumento de 1.000 hectares em comparação com a legislação anterior.

O processo de homologação foi totalmente interrompido desde que Michel assumiu a presidência, em maio de 2016. No entanto, o descumprimento do dever estatal para com os povos indígenas ultrapassou ainda mais os limites de sua gestão omissa quando ele assinou o Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), publicado a pedido da bancada ruralista. O documento visava à obrigatoriedade de aplicar na legitimação de todas as terras indígenas as 19 condicionantes estabelecidas para reconhecer a constitucionalidade da Raposa Serra do Sol, em 2009. Na ocasião, o STF deixou explícito que era uma particularidade do caso da Raposa Serra do Sol e que as condicionantes não deveriam ser empregues aos outros processos demarcatórios. Consequentemente, isso agrava as dificuldades que os povos originários já possuem em relação à efetivação de seus direitos territoriais, sobretudo porque o parecer valida o “marco temporal” – tese que só reconhece as terras que já estivessem ocupadas pelos povos indígenas na promulgação da Constituição, desconsiderando todas as expulsões ocorridas ao longo da história –, abre brechas para que construções de hidrelétricas e outros empreendimentos pudessem ser realizados sem a consulta aos povos indígenas e, ainda, restringe a defesa das comunidades pela AGU.

Além das negociações sobre a liberação de agrotóxicos altamente prejudiciais, flexibilização de leis ambientais e venda de terras para estrangeiros, o presidente concedeu um perdão de dívidas para os produtores rurais, o que fez com que o governo tenha perdido cerca de R\$ 8,6 bilhões em arrecadação. Um dia depois, 2/3 da bancada ruralista vota pela suspensão das investigações do caso de corrupção do presidente. Em nota pública, diversas organizações indígenas expressam indignação diante da rifa dos direitos originários com o intuito de impedir o julgamento de Temer.

O governo Temer teve forte presença de ruralistas nos cargos altos e buscou manter aliança com o agronegócio a custo da extinção dos direitos indígenas e das leis ambientais. O legislativo influenciava as decisões do Executivo e as demarcações indígenas foram praticamente paralisadas com o desmonte da FUNAI. O único ministro a publicar alguma portaria declaratória foi o Torquato Jardim, o qual declarou apenas as terras indígenas de Tapeba (CE) e de Jurubaxi-Téa (AM) (ISA, 2018). Não obstante, tentou revogar o aumento da TI Jaraguá (SP), decisão que foi suspensa pela Justiça.

Apesar de algumas terras estarem prontas e sem impedimentos para a homologação, o presidente Temer não avançou com seu ofício e só assinou um decreto a favor dos indígenas guató, da TI Baía do Guató, o qual foi suspenso pela Justiça a partir do princípio do “marco temporal”, defendido em seu parecer. À vista disso, a política de Michel Temer mostrou-se extremamente nociva para os povos da floresta e percorreu caminhos inconstitucionais para garantir a preservação dos interesses do agronegócio e manter-se longe das investigações de corrupção.

GOVERNO BOLSONARO (2019-atual)

Jair Messias Bolsonaro foi eleito à presidência com uma longa trajetória política atrás de si, permeada de contradições e declarações altamente questionáveis. Como parlamentar, não mediu esforços para demonstrar seu posicionamento contrário às demandas de várias minorias políticas. Até mesmo à existência dos povos indígenas exprimiou desprezo, evidenciando sua insensibilidade quanto ao genocídio das populações originárias das Américas e desejando que tivesse acontecido na mesma proporção no território brasileiro, a fim do Estado não precisar ter hoje o compromisso de atenuar a dívida histórica que possui com os indígenas.

Até vale uma observação neste momento: realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país – se bem que não prego que façam a mesma coisa com o índio brasileiro; recomendo apenas o que foi idealizado há alguns anos, que seja demarcar reservas indígenas em tamanho compatível com a população (BOLSONARO, 1988).

Em abril de 2015, ele ataca a Raposa Serra do Sol, que continuou perseguida ao longo da sua campanha, e a coloca como o entrave ao desenvolvimento econômico do estado de Roraima - já conhecido entre os primeiros colocados nos índices de violência contra povos originários. Na ocasião, falou no extrativismo do nióbio e das outras possíveis riquezas do território, “o mais rico do mundo”, segundo ele, ainda que as

afirmações não tenham respaldo geológico até hoje e são erroneamente difundidas pelos seus seguidores, que colaboram na disseminação de mais uma de suas fake news. Segundo Bolsonaro, “índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários”. Assim, demonstra uma falsa preocupação e uma concepção extremamente eurocentrada e positivista em relação aos indígenas, que não necessariamente possuem as mesmas ambições que os ocidentalizados e vivem além dos estereótipos racistas que ele perpetua, simplesmente para aprofundar o modelo extrativista no Brasil. Além disso, como ainda se observa em seus discursos, inclusive realizados na ONU, Bolsonaro teme a intervenção dos países estrangeiros na Amazônia, contudo, percebe-se que sob o seu manto de nacionalismo de fachada há uma política ultraliberal marcada por privatizações, reafirmação do papel exportador do Brasil e de seu lugar como “fazenda do mundo”, tentativa de descredibilização e sucateamento da ciência das universidades públicas – importante lembrar que em outubro deste ano foi divulgado o corte de 92% das verbas da ciência e tecnologia—e várias medidas econômicas que pioram a condição de dependência do país.

À vista disso, nota-se o porquê de os povos indígenas não ocuparem uma posição prioritária nos governos brasileiros, sobretudo na gestão de Jair, que dá continuidade ao neoliberalismo dos governos anteriores, porém, de maneira ainda mais perversa. Os povos originários são vistos como inimigos do Estado por serem os guardiões da floresta, um trabalho árduo dividido com as comunidades quilombolas, também muito atacadas e desrespeitadas pelo atual presidente. Em 2017, mostrava como seu governo enxergava os povos da floresta e prometia não demarcar seus territórios. Além disso, comprometia-se com uma necropolítica tão escancarada que chegou a utilizar termos que animalizavam corpos negros e fez referência a armamento enquanto discursava sobre as reservas.

"Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola." Para Bolsonaro, as reservas indígenas e quilombolas atrapalham a economia. "Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí", afirmou. "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles."⁷⁶

⁷⁶ Fala retirada da notícia publicada pelo Estadão: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-abrir-as-portas-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-em-palestra-na-hebraica,70001725522>

De acordo com o MapBiomass, nos últimos 35 anos houve apenas 1,65% de desmatamento e de perda florestal nas terras indígenas, de modo que o desempenho dos povos da floresta mostra-se primordial para conter os avanços da degradação ambiental. Por sua vez, essa defesa não é interessante para Estados que buscam aderir à globalização passivamente, priorizando as demandas dos países centrais em detrimento da preservação de sua biodiversidade e do reconhecimento da plurinacionalidade presente no país.

Não podemos aceitar o que ONGs fazem, querendo que o índio seja algo dentro de uma reserva como se fosse um animal dentro de um zoológico. Não é assim. O índio é nosso irmão, é ser humano igual a nós. Tem índios inteligentíssimos, desenvolveram a sua inteligência a ponto de ser igualzinho a nós (BOLSONARO, 2021).

Além do falso nacionalismo, Jair utiliza sua retórica racista para diminuir a importância cultural e religiosa das terras, evocando a “integração à sociedade” como melhor alternativa para os indígenas. Além disso, Bolsonaro rejeita o potencial de autodeterminação dos povos indígenas, que sempre lutaram pelas suas terras, enquanto articula um discurso absurdo que até mesmo questiona a capacidade intelectual deles em comparação com os não-indígenas, além de considerar necessário lembrar que os indígenas são humanos. Para ele, “o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Então, [precisamos] fazer com que o índio se integre à sociedade, e que seja verdadeiro de sua terra”. Em face disso, salienta-se mais uma vez o condicionamento ao local de atraso e de bestialização dos indígenas a partir de sua ultrajante política, a qual visa à aculturação dos povos originários, a fim de que eles se adequem ao sistema capitalista, assimilem os valores da sociedade ocidentalizada e deixem de reivindicar seus direitos, sobretudo à terra.

O primeiro ano de seu mandato ofereceu um balanço preocupante em relação aos direitos indígenas. O Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) denunciou o presidente por crime contra a humanidade a partir de um levantamento de 33 medidas adotadas que facilitariam o genocídio indígena em curso no país. De fato, durante o ano de 2019, ele assinou decretos que ampliaram o acesso a armas de fogo por parte dos produtores rurais e reduziram a fiscalização de áreas protegidas, por exemplo. Não por acaso, nesse ano, houve um aumento de 135% no número de invasões, danos e exploração ilegal nas TIs, segundo relatório elaborado pelo CIMI, o qual demonstrou que essas ações foram motivadas pela expansão das áreas voltadas para a agropecuária, pela grilagem, caça predatória e extrativismo. Ainda, apontou os 276 casos de violência

contra povos indígenas, bem mais do que o dobro registrado em 2018, que contou com 110 casos. Dessa forma, entende-se que os dados supramencionados são as consequências de sua ofensiva contra as demarcações indígenas, compreendida pela devolução, só no primeiro semestre do ano, de 27 processos à FUNAI.

A FUNAI sob o governo Bolsonaro, não surpreendentemente, já mostrou interesse em legalizar a mineração nas terras indígenas, sob a justificativa de “já ser uma realidade”, sem a intenção de aumentar as fiscalizações e garantir o que está determinado na Constituição. O órgão que deveria proteger os interesses indígenas simplesmente posicionou-se a favor da tese do marco temporal, a qual, se aceita pelo STF, poderá afetar negativamente todas as demarcações do país.

Em setembro de 2021, registrou-se a maior manifestação indígena pós-Constituinte, na qual mais seis mil indígenas de 170 etnias formaram o Acampamento Luta pela Vida, ocupação em Brasília que mostrava indignação diante da política de devastação ambiental do governo bolsonarista e reivindicava um posicionamento verdadeiramente democrático por parte do Supremo Tribunal Federal em relação aos processos demarcatórios. Por ora, a pauta do marco temporal foi suspensa e deverá retornar ainda este ano. Recentemente, o presidente reiterou a necessidade desse critério ser aprovado. Enquanto isso, até o presente momento, nenhuma TI foi homologada pelo Bolsonaro, como prometido em sua campanha eleitoral, marcada pelo ódio, descaso e desrespeito à luta dos povos originários.

INSUFICIÊNCIA DO ESTADO FRENTE ÀS REIVINDICAÇÕES INDÍGENAS

Percebe-se que, apesar dos povos indígenas e quilombolas depositarem alguma expectativa em determinadas campanhas eleitorais, seus pedidos não são satisfatoriamente atendidos, independentemente de os candidatos analisados ao longo do artigo serem do espectro político da “esquerda” ou “direita”. Quando os povos da floresta são lembrados, recebem promessas que não são cumpridas e observam seus direitos sendo relegados ao esquecimento a favor de alianças políticas, do aumento da fronteira agrícola e da maior captação de capital estrangeiro, ainda que essas atitudes e omissões sejam diretamente responsáveis pelas violências ocorridas nas aldeias e quilombos espalhados pelo Brasil. Ou, em outros casos, como na eleição do presidente Jair Bolsonaro, há o escancaramento completo de como o sistema capitalista funciona, sem o menor pudor e necessidade de ler as entrelinhas. Dessa forma, o presidente

manifesta suas intenções de maneira bem explícita, transparecendo a necrofilia colonialista (NCO) de sua política (DE MORAES, 2020) a partir de seus discursos de ódio contra os povos da floresta, mas não só. Segundo o intelectual Wallace de Moraes, a NCO se reproduz a partir de suas instituições de apoio, de modo que utiliza o militarismo, igrejismo, capitalismo e a estrutura pré-existente do necro-Estado para atacar seus principais alvos: corpos negros e indígenas, mulheres, a comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pobres, revolucionários, florestas, animais não-humanos, etc. Portanto, nota-se que, após a redemocratização brasileira, Bolsonaro foi o governante que mais expôs um absoluto desprezo em relação às pautas indígenas e fez uso da necrofilia colonialista outrocida contra os outros grupos oprimidos.

No entanto, o objetivo do presente artigo não é declarar o pior presidente e manter o conformismo enquanto, candidatura após candidatura, os povos indígenas veem seus direitos sendo rifados quando considerado necessário pelo governo, além de também ocorrer inúmeros retrocessos em relação aos demais grupos marginalizados pelo capitalismo e conservadorismo. Vale ressaltar que, a partir da teoria da dependência, pode-se inferir que esses governos sacrificam as florestas para atender às vontades do mercado internacional, conforme o estabelecido há séculos, desde a formação da modernidade. Assim, o Brasil realiza o trabalho que é da sua incumbência, ou seja, aquele que não é interessante para os países centrais - os quais hoje possuem políticas de sustentabilidade em suas nações, protegem seu capital natural e elaboram planos ambiciosos para a transição energética integral para suas produções, enquanto geram uma enorme demanda de minérios nos países latino-americanos, às custas, sobretudo, do sangue dos povos originários. Por isso, o desamparo político dos indígenas só pode ser compreendido a partir dessa estrutura: a que inventou o conceito de raça para subjugar o “Outro”, a que instaurou um Estado pela violência, a que prioriza o lucro em vez da vida. Portanto, faz-se necessário questionar qual a profundidade das mudanças sociais que podem ser promovidas dentro de um sistema que separou o mundo entre colonizados e colonos, governantes e governados, miseráveis e ricos, escravizados e senhores.

Por isso, ainda que a colonialidade tente aprisionar os povos dominados e empobrecer seu imaginário, perspectiva e potencial político, deve-se buscar ir além da conformação imposta pelo sistema capitalista. Sobretudo no que se refere aos indígenas, reformas no capitalismo não os ajudarão satisfatoriamente, em virtude de suas cosmovisões prezarem pelo respeito máximo à natureza, pela verdadeira igualdade

social, pela liberdade que não pode ser encontrada dentro do Estado. Isto posto, é imprescindível a saída da camisa de força da estadolatria, que não permite que os indivíduos vejam além dessa realidade insatisfatória marcada pela dicotomia entre governantes e governados, sustentada pelo patriarcado, colonialismo, racismo, cisheteronormatividade, pelos valores religiosos judaico-cristãos (DE MORAES, 2020). Em face disso, deve-se pensar em como construir novas formas de convivência e existência, a partir do aproveitamento do pensamento decolonial, dos etnosaberes, dos elementos das comunidades indígenas e quilombolas, do comunismo africano, do comunismo e do anarquismo, a fim de estabelecer conjuntamente uma realidade capaz de oferecer liberdade e igualdade para todo o corpo social.

Queria muito que eles aprendessem a olhar e respeitar junto com nós, junto com yanomami, junto com *xapiri*, para nós termos nosso Brasil preservado. Não é para destruir não. Nós, aqui, ninguém está morrendo de fome. Destruindo, a terra vai estragar, fica estragando o que *Omama* plantou, a terra bonita, lugar lindo, cheio de cachoeira, cheio de montanha, muita chuva. Os filhos de vocês precisam aprender a sonhar. Sonhar nesse caminho para andar junto e lutar junto e falar junto [contra] homens destruidores. Porque homens destruidores são muitos. Eles são poderosos de *mareasiki*. *Marea siki* significa dinheiro. Nós, indígenas, moramos sem dinheiro. Até hoje estamos morando sem dinheiro. Nosso dinheiro é alimentação. Alimento do povo que usa a riqueza da *Maxita-Uhiri*. Isso é que é importante. (KOPENAWA, apud JÚNIOR e MARRAS, 2019, p.242).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

"ÍNDIO tá evoluindo, cada vez mais é ser humano igual a nós", diz Bolsonaro. UOL Notícias, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/23/indio-ta-evoluindo-cada-vez-mais-e-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro.htm> / >. Acesso em: 6 Outubro 2021.

‘ÍNDIO é pobre coitado e vive em zoológicos milionários’, diz Bolsonaro. Mídia Max, 2015. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/politica/2015/indio-e-pobre-coitado-e-vive-em-zoologicos-milionarios-diz-bolsonaro> >. Acesso em: 10 Outubro 2021.

1000 dias sem direitos: As violações do governo Bolsonaro. Anistia Internacional. [S.l.]. 2021.

AMÂNCIO, T. Chefe de apoio aos quilombolas na Palmares cita Freyre e diz que escravo tinha vida 'quase de anjo'. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/chefe-de-apoio-aos->

quilombolas-na-palmares-cita-freyre-e-diz-que-escravo-tinha-vida-quase-de-anjo.shtml>. Acesso em: 18 Outubro 2021.

APIB, A. D. P. I. D. B. –. Manifesto contra a política anti-indígena do governo Dilma. INESC, 2016. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/manifesto-contra-a-politica-anti-indigena-do-governo-dilma/>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

ARANHA, A. A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada, diz ex-presidente. Agência Pública, 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/01/a-funai-esta-sendo-desvalorizada-e-sua-autonomia-totalmente-desconsiderada-diz-ex-presidente/>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

BANIWA, B. A. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. Vukápanavo: Revista Terena, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BEIRÃO, C. L. No ano de 2008, Lula não homologou demarcações de terras indígenas. CIMI, 2009. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2009/02/28344/>>. Acesso em: 1 Outubro 2021.

BOLSONARO é denunciado pela 6ª vez no Tribunal Penal Internacional; relembre todas as acusações. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/bolsonaro-e-denunciado-pela-6-vez-no-tribunal-penal-internacional-relembre-todas-as-acusacoes>>. Acesso em: 6 Outubro 2021.

BORGES, A. Única demarcação de terra indígena feita por Temer é suspensa pela Justiça. Estadão, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,unica-demarcacao-de-terra-indigena-feita-por-temer-e-suspensa-pela-justica,70002653734>>. Acesso em: 5 Outubro 2021.

CAMARGO, M. Após anistia de R\$ 8,6 bilhões, 2/3 da bancada ruralista votam a favor de Temer. UOL Notícias, 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/03/apos-anistia-de-r-86-bilhoes-23-da-bancada-ruralista-vota-a-favor-de-temer.htm>>. Acesso em: 5 Outubro 2021.

CLASTRES, P. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. [S.l.]: Cosac & Naify, 2004.

COSTA, G. Com 81 terras indígenas, Lula homologa área menor que governos anteriores. Rede Brasil Atual, 2010. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2010/12/com-81-terras-indigenas-lula-homologa-area-menor-que-governos-anteriores/>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

DAVI Yanomami decepciona-se com o Governo Lula. Povos Indígenas no Brasil - ISA, 2004. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/es/Not%C3%ADcias?id=12555>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

DOLZAN, M. 'Não podemos abrir as portas para todo mundo', diz Bolsonaro em palestra na Hebraica. Estadão, 2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-abrir-as-portas-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-em-palestra-na-hebraica,70001725522> >. Acesso em: 6 Outubro 2021.

EM live de Bolsonaro, chefe da Funai diz querer legalizar garimpo em área indígena. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/29/em-live-de-bolsonaro-chefe-da-funai-diz-querer-legalizar-garimpo-em-area-indigena>>. Acesso em: 11 Outubro 2021.

FALCÃO, M.; NALON, T. Índios invadem plenário da Câmara e interrompem sessão. Folha de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1263651-indios-invadem-plenario-da-camara-e-interrompem-sessao.shtml> >. Acesso em: 3 Outubro 2021.

FARIAS, E. Dilma homologa terras indígenas, mas deixa áreas de conflitos na Amazônia de fora. Amazônia Real, 2015. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/dilma-homologa-terras-indigenas-mas-deixa-areas-de-conflitos-na-amazonia-de-fora/> >. Acesso em: 3 Outubro 2021.

FARIAS, E. Governo Temer nomeia pastor a presidente da Funai e inclui um general do Exército na equipe, ambos do PSC. Amazônia Real, 2017. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/governo-temer-nomeia-pastor-a-presidente-da-funai-e-inclui-um-general-do-exercito-na-equipe-ambos-do-psc/> >. Acesso em: 4 Outubro 2021.

FROUFE, C. Valente: Lula concede moratória de R\$ 13 bi a ruralistas. Estadão, 2009. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,valente-lula-concede-moratoria-de-r-13-bi-a-ruralistas,480570>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Janeiro/Abril 2016.

HASHIZUME, M. Agronegócio é favorecido por rolagem bilionária de dívidas. Repórter Brasil, 2009. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/01/agronegocio-e-favorecido-por-rolagem-bilionaria-de-dividas/>>. Acesso em: 1 Outubro 2021.

INDÍGENA, M. N. Demarcações estão paralisadas no Governo Temer; TIs são invadidas e devastadas. CIMI, 2018. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/04/demarcacoes-estao-paralisadas-no-governo-temer-enquanto-tis-sao-invadidas-e-devastadas/>>. Acesso em: 5 Outubro 2021.

INVASÕES em terras indígenas crescem 135% no governo Bolsonaro. Estado de Minas, 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/09/30/interna_nacional,1190264/invasoes-em-terras-indigenas-crescem-135-no-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 Outubro 2021.

JR., C. M. D.; MARRAS, S. Fala Kopenawa! Sem floresta não tem história. Mana - Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, Jan-Abr 2019. 236-252.

JUNIOR, T. S. F. A demarcação de terras indígenas e seu fundamento constitucional. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. N. 3, p. 689-699, jan./jun. 2004.

KLEIN, T.; SENLLE, M. O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação? Instituto Socioambiental, 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

LAGO, P. 9 retrocessos ambientais do governo Michel Temer. *Catraca Livre*, 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/9-retrocessos-ambientais-do-governo-michel-temer/>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

LIRA, E. R. A Geografia, o Território Capitalista e o Território Indígena. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Tocantins: [s.n.]. 2005.

LOCKE, J. *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LULA cede a ruralistas e libera desmatamento no Cerrado. *Conexão Tocantins*, 2008. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2008/07/01/lula-cede-a-ruralistas-e-libera-desmatamento-no-cerrado>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

MACHADO, M. D. S. Terras indígenas no Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos governos Lula e Dilma. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, p. 55-93. 2015.

MAIOR lobby no Congresso, ruralistas controlam 1/4 da Câmara. *Terra*, 2012. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/maior-lobby-no-congresso-ruralistas-controlam-14-da-camara,4668a418851ca310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

MANSUR, V. Temer tem declarado guerra aos povos indígenas, afirmam lideranças. *Brasil de Fato*, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/20/temer-tem-declarado-guerra-aos-povos-indigenas-afirmam-liderancas>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

MARÉS, C. #Verificamos: É verdade que Bolsonaro elogiou cavalaria norte-americana por dizimar índios. *Agência Lupa*, 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/06/verificamos-bolsonaro-cavalaria/>>. Acesso em: 6 Outubro 2021.

MAURICIO TORRES, S. B. A serviço do agronegócio, governo Temer ataca terras e direitos indígenas. *The Intercept*, 2017. Disponível em:

<<https://theintercept.com/2017/04/10/a-servico-do-agronegocio-governo-temer-ataca-terras-e-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 4 Outubro 2021.

MICHEL Temer violenta os direitos dos povos indígenas para tentar impedir seu próprio julgamento. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/michel-temer-violenta-os-direitos-dos-povos-indigenas-para-tentar-impedir-seu-proprio-julgamento/>>. Acesso em: 5 Outubro 2021.

'MILITANTES estimulam os índios a invadir terras produtivas', diz Kátia Abreu. Folha de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1290454-militantes-estimulam-os-indios-a-invadir-terras-produtivas-diz-katia-abreu.shtml>>. Acesso em: 4 Outubro 2021.

MORAES, W. D. Teoria Liberal ou Proprietal?. Observatório do Trabalho na América Latina, 2017. Disponível em: <<https://otal.ifcs.ufrj.br/teoria-proprietal/>>. Acesso em: 07 Novembro 2021.

MORAES, W. D. A Necrofilia Colonialista Outrocida no Brasil. Estudos Libertários, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-19, 2020.

MORAES, W. D. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. TeoLiterária, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 54-78, Outubro 2020.

MORAES, W. D. Racismo na Atualidade. Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias, 2021. Disponível em: <<https://cpdel.ifcs.ufrj.br/racismo-na-atualidade/>>. Acesso em: 7 Novembro 2021.

MOURA, I. Maior manifestação indígena pós-Constituinte tem pouco destaque na mídia. Carta Capital, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/maior-manifestacao-indigena-pos-constituente-tem-pouco-destaque-na-midia/>>. Acesso em: 11 Outubro 2021.

NOTA do Cimi: O Governo Dilma, o agronegócio e os Povos Indígenas. Justiça Global, 2013. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/nota-do-cimi-o-governo-dilma-o-agronegocio-e-os-povos-indigenas/>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

NOTA sobre o suposto suicídio coletivo dos Kaiowá de Pyelito Kue. CIMI, 2012. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2012/10/34154/>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

NOTA sobre o suposto suicídio coletivo dos Kaiowá de Pyelito Kue. CIMI, 2012. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2012/10/34154/>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

PORTARIA 303 da AGU: "Claramente anti-indígena, antipopulação tradicional e antiambiental". Entrevista especial com Raul do Valle. Instituto Humanitas Unisinos, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511958-portaria-303-e-importante-destacar-a-mudanca-de-postura-da-agu-entrevista-especial-com-raul-do-valle->>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

QUEIROZ, C. Estudo mostra que morte de índios cresceu no Governo Lula. Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/86379-estudo-mostra-que-morte-de-indios-cresceu-no-governo-lula/>>. Acesso em: 1 Outubro 2021.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Dossiê América Latina, Dezembro 2005. 9-31.

SAMPAIO, T. A demarcação de terras indígenas e seu fundamento constitucional. Revista Brasileira de Direito Constitucional, jan./jun. 2004.

SCARSO, A. Lula cede aos ruralistas e não atualiza índices de produtividade da terra. CIMI, 2009. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2009/09/29192/>>. Acesso em: 2 Outubro 2021.

SOB Bolsonaro, Funai defende marco temporal. Estado de Minas, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/31/interna_politica,1301147/sob-bolsonaro-funai-defende-marco-temporal.shtml>. Acesso em: 11 Outubro 2021.

SOUZA, A. D. Assassinato de índios aumenta 168% nos governos Lula e Dilma. O Globo, 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/assassinato-de-indios-aumenta-168-nos-governos-lula-dilma-8627037>>. Acesso em: 3 Outubro 2021.

SOUZA, O. B. D. Com pior desempenho em demarcações desde 1985, Temer tem quatro Terras Indígenas para homologar. Instituto Socioambiental, 2018. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-pior->

desempenho-em-demarcacoes-desde-1985-temer-tem-quatro-terras-indigenas-para-homologar>. Acesso em: 4 Outubro 2021.

TEÓFILO, S.; CALCAGNO, L. Bolsonaro diz que marco temporal será 'paulada' no agronegócio. R7, 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-diz-que-marco-temporal-sera-paulada-no-agronegocio-10102021>>. Acesso em: 11 Outubro 2021.

TERRAS Indígenas. CIMI. Disponível em: <<https://cimi.org.br/terras-indigenas/>>. Acesso em: 4 Outubro 2021.